

E VEM MAIS DINHEIRO AÍ

Dívida Ext
JORNAL DA TARDE

- 5 MAI 1987

Bancos europeus pensam em nos financiar mais 5 bilhões de dólares

O comitê de bancos credores examina uma nova forma de financiar o déficit do balanço de pagamentos do Brasil este ano, que dispensaria um acordo prévio com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

O dinheiro novo, pelo que propõem e revelam alguns bancos do comitê de credores, viria através de um aumento no volume do financiamento de curto prazo. Seria reforçada a tendência de crédito de até 360 dias ou de prazo maior, desde que o Banco Central se comprometa a tratar as segundas como de curto prazo.

Atualmente as linhas de curto prazo alcançam US\$ 15 bilhões. São US\$ 10 bilhões do chamado Projeto 3, crédito comercial, e mais US\$ 5 bilhões de interbancário. Conhecido como Projeto 4 dos programas de refinanciamento anteriores da dívida brasileira.

Bancos europeus estariam dispostos a apoiar um aumento entre US\$ 4 e 5 bilhões nessas linhas de crédito, embora sabendo da resistência manifestada por bancos americanos, já bastante comprometidos em créditos ao País, observa um graduado funcionário bancário.

Até recentemente, eram os bancos europeus os que mais resistiam aos Projetos 3 e 4, principalmente ao interbancário, argumentando que ele não tem relação com nenhum tipo de comércio. De fato, trata-se de financiamento livre utilizado pelos bancos brasileiros no Exterior e pelo Banco Central e que não reflete, insistem os bancos, nenhuma transação de bens.



Bresser repetindo os banqueiros?

Na atual conjuntura, porém, os bancos procuram ser realistas. O Brasil não tem condição de pagar a conta de juros, suas reservas são insignificantes, o saldo comercial mingua. Logo, não resta outra coisa senão encontrar mecanismos de curto prazo para evitar uma crise maior. Assim, as operações de Lookin feitas pelo Banco Central, utilizando-se de uma parte dos financiamentos para refinarçar o balanço de pagamentos, são largamente admitidas.

Os bancos insistem que, apesar do passo "constrangedor" da moratória, que continua, desejam "contribuir" para uma solução duradoura. Lem-

bram que as linhas de curto prazo foram renovadas, apesar dos prazos menores, mas que agora que o ministro Dílson Funaro se demitiu, novos negócios vão ser feitos. De qualquer modo, para um entendimento a médio prazo, os bancos continuam lembrando a necessidade de um programa de ajustamento. As declarações do novo ministro da Fazenda, Bresser Pereira, de que o programa aplicará medidas idênticas às do FMI, são uma repetição do que diziam os próprios banqueiros há algumas semanas.

Graduados funcionários bancários, por outro lado, sublinham que as recentes declarações de Bresser Pereira deixam entender que ele não faz parte da corrente dos que acreditam que o Brasil poderia crescer e gerar empregos apenas com a demanda interna. Com Bresser Pereira, acham eles, o Brasil retomará o modelo exportador e dentro de um a dois anos atingirá o equilíbrio interno e externo e voltará a pagar integralmente os juros, que é o que realmente lhes interessa.

Não haverá reunião dos novos administradores da economia brasileira com o comitê de bancos até que a nova equipe esteja organizada e tenha condições de dizer como combater a inflação alta, descontrole das estatais, déficit generalizado nos Estados e municípios e na administração federal. Até lá, dizem as fontes, os bancos não farão "pressões adicionais", mesmo porque "a tarefa que espera o novo ministro não é nada agradável".

Assis Moreira, de Genebra.